



Ata da sessão ordinária da assembleia municipal de Tondela de 26 de fevereiro de 2018

Aos vinte de seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foi entregue na mesa um credencial do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão à luz da qual se fazia representar por Firmino dos Santos, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, cerca das catorze horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes membros: José Carlos Coimbra, Marisa Sofia Fernandes, Agnelo Laranjeira.

Entregaram justificação à falta: José Carlos Coimbra, Marisa Sofia Fernandes e Agnelo Laranjeira.

1-Período de antes da Ordem do Dia

1.1Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017

O presidente da mesa abriu a discussão do ponto em questão e tomou da palavra o membro Paulo Albernaz solicitando duas pequenas correções no texto da ata, a que a mesa anuiu. De seguida, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções dos membros Isaac Almeida e Hélder Viegas que justificaram o voto por não terem estado presentes na sessão.

1.2Leitura de expediente

Foram presentes à assembleia votos de pesar enviados por: Município de Odemira, Assembleia Municipal de Viseu e Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião.



R
Almeida
J

Moção, no âmbito dos incêndios de 15 e 16 de outubro; Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões; CIM Viseu Dão Lafões Plano de atividades e orçamento de 2018; Relatório de atividades de 2017 da CPCJ. Moção pela requalificação do IP3, reencaminhada pela Câmara Municipal de Tondela. Moção, enviada pela Assembleia Municipal da Guarda, no âmbito do apoio ao “Movimento pelo interior – em nome da Coesão”. Agradecimento, enviado pela família, ao voto de pesar pelo falecimento de Dr. João Almiro. Carta aberta enviada pelo Sindicato dos enfermeiros Portugueses. Email com nota à comunicação social – “Luto Associativo Nacional”, enviado pelo secretariado da CPCCRD. E-mails enviados pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes” sobre questões colocadas na Assembleia da Republica, sobre: “Igualdade salarial entre mulheres e homens”, “Atraso na análise das candidaturas apresentadas pelas empresas afetadas pelos incêndios de 15 de outubro, para a isenção da contribuição à Segurança Social”, “Reposição das telecomunicações nas áreas afetadas pelos incêndios de 15 e 16 de outubro”, “Via dos Duques” e “Reversão da privatização dos CTT”. Relatório de atividades e financeiro, enviado pela Câmara Municipal de Tondela. Jornais: “Voz das Misericórdias” e “Associação”.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

O senhor presidente da mesa passou à leitura do voto de pesar, pela tragédia ocorrida a 13 de janeiro na Associação Humanitária de Vila Nova da Rainha e subscrito por todos os grupos parlamentares, que se anexa com o número 1.

Seguidamente procedeu-se a um minuto de silêncio.

Continuando os trabalhos, o grupo parlamentar do PS, iniciou a exposição oral, com o membro Rui Santos que referiu, e atendendo à leitura da moção pela requalificação do IP3, que era um defensor dessa requalificação, acreditando que não haverá nenhuma empresa privada que queira assumir uma parceria desta natureza, atendendo que os condutores vão querer fugir aos custos de uma autoestrada, logo há necessidade de uma requalificação do IP3. Referiu, igualmente, que na assembleia intermunicipal tinha sido apresentado uma moção que não era bem igual à que se defendia nesta.



Continuou com as propostas de recomendação à câmara, que se transcrevem:

“Proposta de Recomendação à CMT

Acções de Prevenção para a falta de água

O ano hidrológico de 2016/2017 foi um ano seco e o ano hidrológico em curso está a ser extremamente seco na nossa região, como na generalidade do País, com mais de 50% do território em seca severa e mais de 30% em seca moderada, nesta categoria se incluindo a nossa região, e não havendo qualquer parcela do território continental que esteja em situação normal.

Em situações normais o abastecimento público de água ao domicílio aos munícipes é, salvo a região da Serra do Caramulo, assegurado a partir da Barragem do Paúl. Mas neste momento a Barragem do Paúl encontra-se a menos de 40% da sua capacidade e abastece, para além de da generalidade do Concelho de Tondela, mais quatro municípios vizinhos.

Todas previsões meteorológicas de longo prazo apontam para que não seja expectável a ocorrência de precipitação em volume significativo que provoque a inversão clara da situação de seca.

Assim, face á possibilidade da ocorrência de situações de rotura no abastecimento da Barragem do Paúl, ou em situações emergência de interrupção do fornecimento como as que ocorreram no período dos incêndios de 15 e 16 de Outubro passado o Grupo do PS na Assembleia Municipal de Tondela, ciente de que o a seguir proposto só é aplicável para situações excepcionais não enquadrando uma situação de natureza permanente, recomenda que a Câmara Municipal:

1-Em articulação com as Juntas de Freguesia vistoriem e desenvolvam as adequadas acções de recuperação das captações que anteriormente asseguravam o abastecimento de água básico nas diferentes populações de forma a que possa ser assegurado o abastecimento mínimo de às populações em situação de emergência;

2-Que exija junto da Águas do Planalto a preparação de um plano de emergência para o abastecimento de água da sua responsabilidade às populações, a sensibilização das



R
C
B

mesmas para a necessidade de poupança de água e adequada manutenção da rede de distribuição para evitar desperdícios de água como componentes desse plano.”

“Proposta de Recomendação à CMT

Taxa Municipal de Direitos de Passagem

Na Assembleia Municipal de 22/12/de 2017 foi aprovada, com os votos contra do Grupo do PS nesta Assembleia e também de mais alguns deputados Municipais, a proposta do montante da taxa de direitos de passagem, tendo o Sr. Presidente da Câmara manifestado como posição que também não era favor dessa taxa, mas que ela obrigatória por lei.

Contestei essa posição por considerar que se era a Assembleia a aprovar o montante da taxa seria por ela não ser obrigatória, embora referindo que não tendo, nesse momento, presente a legislação e a posição da Anacom sobre o assunto não podia ir mais longe na nossa contestação.

Recolhidos os elementos informativos necessários, que anexam, e feita a sua análise de que se conclui que tínhamos razão ao afirmar que não é obrigatória a cobrança da taxa de direitos de passagem, o Grupo do PS vem agora apresentar a seguinte Proposta de Recomendação à Câmara Municipal de Tondela:

1-Que para não colocar numa posição desagradável perante as operadoras a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, pois uma mudança imediata de posição levaria à imagem de impreparação e de pouca responsabilidade, que este ano se continue a praticar a cobrança de taxa municipal de direitos de passagem;

2-Que para o ano de 2019 a Câmara Municipal deixe de propor a cobrança da taxa municipal de direitos de passagem e a sua consequente inscrição na proposta de Orçamento;

3-Que, não sendo possível a consignação de receita salvo nos casos legalmente previstos, que a Câmara Municipal reforce a dotação prevista para pagamento das bolsas de estudo previstas no Regulamento Municipal em vigor para esses apoios com uma



importância de montante equivalente ao valor previsto para a receita a arrecadar com a taxa municipal de direitos de passagem na próxima alteração orçamental.”

O membro Paulo Albernaz interveio com um voto de congratulação ao membro desta Assembleia Marta Marques pelo prémio Young Biophysicist 2018, que se transcreve:

“A Assembleia Municipal vem congratular-se pela atribuição do prémio Nacional de Jovem Biofísica, à Dr.ª Marta Marques, camarada de bancada nesta Assembleia Municipal”

De seguida, foi a vez do grupo parlamentar do CDS, com o membro Abílio Santos:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, restantes membros da mesa, caros companheiros, comunicação social.

Somos humanos e a nossa tendência é criticar pela negativa qualquer que seja a situação, mesmo que a mesma devesse ser positiva. Se foi criticável a atuação de vários setores aquando dos incêndios de junho e mais de outubro, é justo que se ponha em evidência o alto grau de solidariedade que foi prestado aquando do incêndio na Associação de Vila Nova da Rainha. O trabalho feiro por várias instituições foi absolutamente fantástico, desde: o senhor Presidente da Republica, Governo, Câmara Municipal de Tondela, Centro Hospitalar de Tondela/Viseu, Hospital de Coimbra, Hospital de Lisboa, Hospital do Porto, Bombeiros Voluntários de Tondela, Proteção Civil, GNR e centenas de particulares que estiveram presentes. Temos de agradecer a estas pessoas e reconhecer o trabalho efetuado. É evidente que o desgosto que esta situação nos provocou foi enorme. Lembramo-nos todos dos momentos terríveis por que esta gente passou, dos onze mortos, mas também não nos podemos esquecer do excelente trabalho que foi feito. Temos de reconhecer toda esta gente que se movimentou e trabalhou e agradecer-lhes, porque não devemos só agradecer nos bons momentos, mas devemos fazê-lo sobretudo nos maus momentos. Da minha parte senti-me muito sensibilizado, porque penso que desta vez não há uma crítica a apontar, porque penso que se este trabalho não tivesse sido tão bem feito, muitas mais mortes teríamos hoje a



lamentar. A toda esta gente não vou propor nenhum voto, vou apelar para este agradecimento profundo.

Queria também associar-me e dar os parabéns à nossa querida companheira da assembleia. A nossa juventude é muitíssima boa e nesta terra temos casos fantásticos como o seu, que engradece e si e a todos nós.”

Seguidamente, passou-se ao tempo de intervenção do grupo parlamentar do PSD, com o membro Guilherme Duarte, que iniciou o discurso dando os parabéns à Marta Marques pelo prémio conseguido, referenciando que era uma honra para Tondela ter uma tondelense em altos quadros de referência a nível nacional, no caso no domínio da investigação. Continuou com a intervenção que se transcreve:

“Boa tarde a todos.

Cumprimento o senhor presidente da assembleia municipal e toda mesa,

Os senhores presidente da câmara, vereadores e todos os deputados.

Cumprimento os senhores presidentes de junta e comunicação social presente.

Caros deputados, são cada vez mais os desafios que são colocados ao estado central, às autarquias locais e às populações, em prol da promoção e desenvolvimento dos nossos territórios.

É um facto consumado, que vivemos tempos em que o défice português é o menor dos últimos 20 anos, em que o país atravessa uma fase de crescimento económico, em que as pessoas vão sentindo algum alívio financeiro; sim tudo isto é verdade e não foi só, como todos sabemos, graças ao governo anterior, é também algum mérito da gestão calculista por parte deste governo de esquerdas.

Mas, nem tudo é o que parece, e não pode de maneira alguma o PSD consentir que vivamos num país de fachada, em que a preocupação principal é mostrar lá fora que temos as contas controladas e saber que, cá dentro, apertamos o cinto de tal forma que colocamos em causa o funcionamento de setores tão importantes como a saúde, as obras publicas, a segurança social, entre outros...quero com isto apenas constatar um facto.



Mas gostava de esclarecer melhor, colocando de parte a corrente política, a não desilusão do nosso partido, dos nossos políticos, afirmando que o que está em causa são assuntos muito sérios para desenvolvimento e bem-estar das nossas populações como também a preocupação em não colocar em causa o princípio da solidariedade intergeracional.

A nossa dívida externa, no final de 2017, estava nos 180 mil milhões de euros, aumentou cerca de 3.3 mil milhões em relação a 2016, isto resulta da acumulação de défices entre o que consumimos e o que produzimos.

E questiono eu, é este o futuro que os jovens querem ter? É esta política de futuro que o governo tem para nos apresentar? Está provado que sim, que serão os mais novos a acarretar as consequências futuras roubando-lhes a liberdade de poderem construir e desenvolver o seu próprio futuro.

Nos dias de hoje, os nossos cidadãos, de forma legítima questionam um conjunto de atuações por parte do governo, chegando a interpretações e conclusões muito claras.

No que toca ao setor da saúde, deparamo-nos com um aumento exponencial das listas de espera das primeiras consultas, da falta de médicos e enfermeiros nos serviços de saúde, da falta de condições materiais nos hospitais. Mas ao, invés disso, não se privam de lançar obras, como o centro oncológico ou de radioterapia de Viseu, obra eleitoralista, no qual vos convidaria também a passarem por o local e verem a fase em que esta se encontra.

É um facto que o nosso concelho, tem tido ao longo dos tempos políticas específicas, à fixação e criação de condições ótimas para as gentes de Tondela e arredores e aí deve evidenciar-se o trabalho feito pelo presidente da câmara municipal, em que este apostou naquele que é o ponto de partida para a fixação de pessoas, a criação de emprego, mas quando queremos dar o passo a seguir, existe um estado central que nos impede.

Quero com isto afirmar, que o governo não pode colocar em causa o tão exemplar projeto político para o futuro das gentes do nosso concelho, porque para dinamizarmos, atrairmos investimento e pessoas, o estado central tem a obrigação de investir em



infraestruturas que deem qualidade de vida e segurança às populações. Falo naquele ponto que para nós é uma prioridade, a questão do IP3.

Caros deputados, tenho receio do futuro, tenho medo das atuais políticas, mas acredito que os jovens, devido às suas qualificações e preocupações terão sempre uma palavra de apoio ou de contestação quando o assim entenderem. para que se possa sempre pensar naquilo que deve ser o melhor para os nossos territórios e cidadãos.”

Tomou a palavra Rui Santos para questionar Guilherme Duarte:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, senhores membros da assembleia, comunicação social.

Já aqui disse que não gosto muito de fazer joguetes deste tipo. Não disse que sou contra os privados, aceito perfeitamente que se façam parcerias público privadas. O que digo é que os privados não têm interesse face às circunstâncias de exploração. Depois não venha falar do governo, porque quem negociou o “Portugal 2020” foi o governo anterior. Só refiro isto, porque o referiu. Quando o negociou, não implicou nenhuma verba para isso. Não evoquemos isso. Eu sou daqueles que acho que não o deveríamos fazer, agora não andemos a fazer “pingue pongue” com isto, não vale a pena. Não acho que haja condições para um privado investir a sério na requalificação de uma autoestrada com portagens. Portanto, tem de ser a partir do orçamento de estado que têm de se encontrar os recursos para resolver aquele problema. É a minha posição.”

O membro Regina Coimbra tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Boa tarde,

Boa tarde Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara, restantes elementos da mesa, Srs. Vereadores, Membros da assembleia municipal e a todos os presentes!



O Grupo Parlamentar do PSD associa-se à Moção apresentada referente à requalificação do IP3, que já foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Tondela.

É do conhecimento geral os constrangimentos existentes no troço do IP3!

Após todas as lutas que já foram levadas a cabo para serem realizadas intervenções no IP3, continua a necessidade de serem levadas a cabo obras urgentes no IP3.

Após a ocorrência de mais três sinistros graves, na quadra natalícia, em apenas quatro dias, essa necessidade ainda se torna mais imperiosa. Se o país não tem os recursos esperados para uma intervenção de outra natureza, é justo e racional que se assuma uma intervenção faseada, para que se vão solucionando aquelas que são as áreas de maior constrangimento e maior sinistralidade. Defendemos a colocação de separadores centrais, duplicação do IP3 em alguns troços e alargamento do mesmo. Esta é uma via urgente e é tempo de que se passe de intenção à concretização. Temos de reunir as diferentes sensibilidades políticas, para que se vá requalificando de forma sequencial, começando pelas zonas mais críticas.

O Itinerário Principal 3, foi construído no arranque dos anos 80.

Serve para grandes viagens de ligação ao país, mas é acima de tudo usado diariamente enquanto corredor de mobilidade dentro do próprio concelho. Esta é uma missão prioritária. E, se o país pensa na expansão de redes de metro na capital do país, porque não terá de pensar, por um valor muito menor, na transformação deste IP3 numa estrada que traga outra segurança. A necessidade de intervenção nesta via vem sendo reconhecida por todas as forças políticas, ao considerarem que se trata de uma obra prioritária em termos de infraestruturas da rede viária. Se não existem fundos comunitários, terá que existir orçamento do país para dar cobertura a este desígnio. Pensar em apoiar esta solução com fundos comunitários é o mesmo que pensar que até 2022 não haverá nenhuma intervenção estrutural no terreno.

E o que se pretende, não é adiar...”

O membro Jorge Henriques interveio:



“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, membros da mesa, senhores deputados.

Vinha aqui, apenas, pelas duas propostas trazidas pelo deputado Rui Santos. Teremos todo o gosto em discuti-las, mas solicitava desde já uma cópia para que possamos analisa-las. Quanto à taxa dos direitos de passagem, tenho aqui algumas dúvidas e daí entender que este assunto deva ser, conjuntamente, analisado e discutido no ponto: “Outros assuntos de interesse para o concelho”. Porque parece que a ANACOM tem um parecer, em que faz depender a aplicação ou não da taxa municipal dos direitos de passagem do desenvolvimento de redes eletrónicas de telecomunicações. Como não sei o que essa condição implica, sugeria que analisássemos mais em detalhe ambas as propostas. Estamos perfeitamente de acordo que quem tem de pagar este tipo de taxa deverão ser os operadores.

Em relação à questão do IP3 deixar-lhe aqui uma nota. O senhor disse que é favor das parcerias público privadas. Mas o que é certo é que este governo vai empurrando para a frente esta questão, percebendo-se que vai ser empurrado até depois do ato eleitoral das legislativas de 2019, porque o atual governo está amarrado à esquerda, ma vez que uma das condições do Bloco de Esquerda era a impossibilidade de se continuarem a celebrar parcerias público privadas.

Ouvimos, recentemente, o Ministro Pedro Marques dizer que estavam a fazer estudos. Estudos que, se a memória não me traiçoa, vêm desde o tempo do Eng.º Sócrates, em que esta autoestrada, ou o seu lançamento foi inaugurada três vezes. Muito obrigado.”

O membro Arménio Marques tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, excelentíssimos deputados.

A câmara e a junta de freguesia construíram uma casa, em tempos, no Bairro de S. Cornélio e, mais tarde, foi outra construída. Agora, o bairro tem vindo a estender-se com a construção de barracas em madeira e as suas casas de banho são nos caminhos,



sendo isto um caso de saúde pública. Seria bom fazer uma instalação sanitária pública próxima daquelas habitações. Muito obrigado.”

O presidente da mesa da assembleia consultou a assembleia e foi decidido que, de modo a dar a possibilidade às bancadas para analisarem as propostas de recomendação apresentadas pelo membro Rui Santos, as mesmas serão discutidas no ponto: “Outros assuntos de interesse para o concelho”

O membro Hélder Viegas ausentou-se da sessão, tendo justificado.

2-Período da Ordem do Dia

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O senhor presidente da câmara interveio:

“Boa tarde a todos, senhor presidente da mesa da assembleia, restantes membros da mesa, senhores deputados, público presente, comunicação social. A todos quero cumprimentar, saudar.

Quero antes de mais felicitar a Marta Marques pela distinção conseguida. Julgo que é sempre muito relevante no nosso território termos bons exemplos de grande profissionalismo e acima de tudo capacidade científica, tão importante que é para um país que se quer afirmar, pela sua capacidade de inovação tecnológica e científica.

Em grande parte as intervenções versaram sobre o tema do IP3. Julgo que era de todo necessário que aqui pudéssemos reforçar alguns conceitos e ao mesmo tempo destruir alguns mitos. Estamos perante algumas visões diferentes. Há no atual quadro, como o senhor presidente da assembleia intermunicipal o referiu, há quem defenda uma intervenção no IP3 que possa passar pela colocação de asfalto e de sinalização pontual. Essa não é a minha visão.

Acima de tudo e por uma questão de pragmatismo, julgo que a moção que o município aprovou e que remeteu à Assembleia Municipal defende claramente uma intervenção estrutural, criando duas faixas em cada sentido com separador central. Se



Q
Cleod
Jus

alguém, nessas condições, desejar fazer autoestrada que a faça. Mas, é de todo necessário termos uma via que responda áquilo que são hoje os desafios de competitividade, de segurança que a região precisa.

Os dados, hoje, existentes não nos podem deixar tranquilos. O que neste momento está em curso da parte das Infraestruturas de Portugal é um estudo para saber se da Aguieira a Coimbra a solução de autoestrada, que deve passar a norte ou a sul de Penacova. É isto que está em cima da mesa. Da reunião que tive com as Infraestruturas de Portugal e do que é sabido é que esse estudo, se for a sul, vai ter a solução à zona de Ceira e consequentemente está garantido um corredor externo à cidade de Coimbra que ligará a Souselas. Se for a norte, será feita a ligação a Souselas e consequentemente estará um corredor que ligara Souselas e Ceira. Razão pela qual se compreenda que a autarquia de Coimbra fique satisfeita com qualquer uma destas soluções, porque ficará com o fecho do seu anel externo garantido, à conta de uma autoestrada que afinal não resolve o problema do IP3. A ligação de Aguieira a Souselas são sensivelmente 20kms. A ligação do limite do concelho de Tondela até à Aguieira são mais de 40kms. Portanto, resolver o problema do IP3 não é deixar 2/3 do IP3 fora dessa solução.

Logo a pergunta é legítima: o que fazer da Aguieira a Tondela?

Acho que nenhum de nós acredita que haja uma solução milagrosa para, com dinheiro absolutamente público, se fazer uma autoestrada. Se a solução de Aguieira a Ceira ou a Souselas, incluindo o corredor externo a Coimbra se perspetiva que custe 550 milhões de euros, quais são as soluções para financiar os outros 40kms? É preciso serenidade e sentido de responsabilidade e dizer que, se calhar, com esse dinheiro é possível requalificar-se, nas condições aqui referidas, todo o IP3.

Antes de ter uma circular externa a Coimbra, preciso de ter uma circulação do Nó de S. Miguel do Outeiro a Coimbra. Essa é a minha preocupação. Há aqui uma diferença de pensamento que importa que possamos estabilizar na região. A região deve ser mobilizada para este pensamento. A este propósito apraz registar que a AIRV, a CERV, a Associação Industrial de Mangualde e da Dão Lafões têm um pensamento idêntico àquele que, atempadamente, o presidente da câmara de Tondela e a câmara produziram:



Q
C
S

defendem a requalificação integral do IP3 com separador central e duas faixas de cada lado, razão pela qual está a decorrer uma petição, à qual nos associamos, pela intervenção estrutural do IP3.

De facto, é o tempo para esta discussão, porque estamos longe do calendário eleitoral e, nesta matéria, não se pode deslocar para depois do verão a decisão da intervenção. Entre 2002 a 2004 existiu um projeto com impacto ambiental para a então construção de uma autoestrada Viseu /Coimbra. Aliás, o nosso concelho ainda hoje continua, do ponto de vista de PDM, a estar com uma faixa comprometida como condicionante para esse fim. Saía do nó de S. Miguel do Outeiro, passaria junto ao complexo turístico Montebelo, teria um nó na estrada da Ribeira, passaria por suporte aérea junto à Varanda do Criz. Bem sabemos que em 2004, por razões políticas, o governo de então entendeu associar a essa autoestrada um conjunto de outras obras, como por exemplo a Variante a Tabua, o IC 6 a Oliveira do Hospital, a conclusão do IC12 e uma obra que se estimava de 600 milhões de euros passou 1, 2 mil milhões de euros, o que levou ao chumbo do Tribunal de Contas.

São os dados históricos e escusado será dizer que houve três vezes o lançamento desta obra. Como é verdade que em 2015, foi anunciada a designada Via dos Duques, onde estava a decorrer um estudo para encontrar investidores que a quisessem fazer com risco privado. Ninguém o iria fazer? Só vendo. Ela seria executada de forma existencial e não seria em dois nem em três anos, porque as portagens de alguns troços, nomeadamente o IC12, é que iriam alimentar a construção de outros troços. Todos nós podemos ter dúvidas se algum dia, algum desses troços, iria ou não acontecer.

Acredito que não haja nenhum membro do governo que não goste de ver obra pública. Mas, Bruxelas disse, durante as negociações deste quadro comunitário, que eramos o país da Europa com mais autoestrada por habitante e por km². Que elas estão mal distribuídas, isso estão. Houve erros de decisão e esses erros levaram a que hoje tenhamos um IP3 que é uma via estruturante e que está a comprometer a competitividade da região e a segurança de quem, aqui, tem, diariamente, de se deslocar.



Q
Ced
hs

Esta discussão, estou a fazê-la aqui. Não viram o presidente da câmara de Tondela a não ser a fazer um apelo à região, um apelo aos decisores para nos sentarmos e assumir de forma sequencial. Julgo que o repto ficou aqui claro e que merece a concordância dos diferentes grupos desta assembleia municipal, para reforçar esta estratégia que iniciamos de defender uma intervenção sequencial no IP3 que lhe garanta uma via dupla com separador central. Há quem, na região, não pense assim. Neste domínio há várias reuniões agendadas.

Sobre a lei das comunicações eletrónicas. De facto, a observação feita aqui tem algum sentido sobre esta natureza. Mas também não deixa de ser verdade e permitam-me que vos leia o que diz a ANACOM: "...vem substituir a taxa de direitos de passagem, face à introdução da lei 123/2009, nos municípios em que seja cobrada esta taxa as empresas que oferecem as redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis aos clientes em geral são responsáveis pelo seu pagamento." Acho que o papel da ANACOM ainda não está suficientemente feito, porque cabe-lhe assegurar se são as empresas que são responsáveis ou se estão a repercutir isto sobre os seus clientes/utilizadores. Já o dissemos, aqui, a importância em questão é muito residual. Todos entendemos que esse pagamento deveria ser feito pelas operadoras e não pelo cliente final. Estaremos atentos se houver acolhimento a essa recomendação. Nada nos choca. Não é algo que nos violenta, pelo contrário. Mas importa, também dizer que não há razões que justifiquem estar uma matéria desta natureza relacionada com as bolsas de estudo. Reforçámos, este ano, o apoio das bolsas de estudo e, aquando da discussão desse regulamento nesta assembleia, assumi-o: se existirem razões objetivas que levem ao aumento deste crescimento nas bolsas de estudo, cá estaremos para o fazer. Não condicionaremos o reforço de financiamento para as bolsas de estudo.

No âmbito hidrológico. Não estamos com 35% da capacidade de retenção na albufeira. Mas importa dizer, que no âmbito do contrato de concessão, a concessionária tem a responsabilidade de manter operacionais todas as captações existentes antes da barragem, para essa situação que possa vir a ser crítica. Sou o primeiro a dizer e já na última reunião de câmara, de forma informal, manifestei isso aos senhores vereadores, das preocupações que poderemos ter, neste ano que aí vem, do ponto de vista de



abastecimento público de água. Razão pela qual a Associação de Municípios está a trabalhar com a concessionária para que sejam retomadas as jangadas existentes na Agueira que permitam servir os concelhos de Santa Comba Dão e Mortágua, bem como no Dão, para Tábua. Temos de acelerar este plano, porque é muito provável que estejamos a caminhar para um ano onde o nível de seca seja brutalmente mais crítico do que aquele que tivemos no ano passado.

Sobre a questão de S. Cornélio, estamos a executar neste momento o saneamento da Naia e de Valverde. O saneamento da Naia, já concluído, tem um emissário de cerca de 2km ao longo da Ecopista e que vem ter junto à estação de Tondela. Uma parte de Valverde terá de ser bombeada, passando pelo túnel de S. Cornélio, através de uma elevatória e depois levará uma segunda elevatória nuns terrenos do Dr. Gelásio, junto à quinta do Batoréu, para vencer a subida. Nessa operação será possível criar uma rede de saneamento ao bairro de S. Cornélio. Aproveito para esclarecer que estamos a agir de forma mais intensa em relação à necessidade de trabalharmos este bairro social. A senhora vereador Sofia, em articulação com os serviços, tem a missão de procurar uma caracterização daqueles agregados familiares para, eventualmente, irmos ali a construir uma habitação multifamiliar que permita solucionar um problema de alguma gravidade social. Como sabemos algumas destas famílias deslocaram-se recentemente para cá, vieram da Guarda. Temos de procurar compatibilizar para não querer guetos, mas temos de saber integrar. Queremos dar algum ordenamento àquele espaço e garantir uma resposta social para aqueles agregados familiares.”

Continuou, de seguida, com a apresentação do relatório de atividade e financeiro (anexos 2 e 3). Seguidamente, procedeu à exposição em imagens das atividades da câmara, decorridas entre dezembro e fevereiro.

Após esta alocução, foi aberto um período para intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos. O membro Cristiana Ferreira tomou da palavra e reproduziu a intervenção que se transcreve:



“Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela, Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. senhores Vereadores, Exmos. senhores Membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores.

A atividade da Câmara Municipal de Tondela no período compreendido entre 22 de Dezembro e o dia de hoje haveria de ficar pautada pelo árduo trabalho desenvolvido no sentido de agilizar a entrega dos processos de pedidos de apoio, no âmbito dos grandes incêndios de 15 e 16 de Outubro do ano transato e por isso o Grupo Parlamentar do PSD não poderia deixar de salientar e enaltecer este facto.

Permitam-me por isso uma brevíssima reflexão sobre esta matéria porque merecida e absolutamente justa!

De facto, a Câmara Municipal de Tondela, a sua equipa técnica, com a prestimosa ajuda dos presidentes de Junta das Uniões e Juntas de Freguesia, em articulação com CCDR concluíram com êxito, num curtíssimo espaço de tempo, considerando que a Portaria que veio regulamentar o modo de acesso ao programa de recuperação só foi publicada em 07 de dezembro de 2017, a instrução e avaliação de quase 250 processos dos quais resultaram 174 pedidos de apoio para primeiras habitações.

Mas, mais importante do que a complexidade técnica que a instrução dos processos naturalmente impôs, a dinâmica, o empenho, o brio e o enorme sentido de responsabilidade social e política demonstrada não são de somenos importância e merecem igualmente o nosso elogio.

A questão não pode ser, por isso, circunscrita ao campo material apenas e só.

Por detrás de cada processo, do preenchimento de um impresso ou formulário, da junção de documentos, há uma história, uma vida, uma família, um drama, e esta dimensão humana haverá sempre de ser bem mais pesada de suportar e amenizar.

Perceber que o esforço coletivo é um esforço de reconstrução material, sim. Mas mais do que isso é um esforço de reconstrução imaterial, de devolver a esperança e a alegria a quem tudo perdeu e humanizar este tema e é também aquela que deve ser a missão política de um autarca.



Veja-se a questão dos pequenos agricultores que não só valorizam o nosso setor primário como exercem uma evidente função social. Por todos é reconhecido que, neste sector, os apoios existentes ficaram manifestamente aquém das necessidades e por esse facto não podemos deixar de salientar a estratégia de sensibilização que, também aqui, a Câmara Municipal tem desenvolvido no sentido de reforçar os valores da solidariedade e cooperação como medidas a implementar para minorar os prejuízos neste setor.

Não ignoramos que o caminho ainda é longo, difícil de concretizar e que haverá de nortear este mandato autárquico, mas com perseverança e espírito de missão estamos certos que haverá de chegar a bom porto!

Por isso, na pessoa do sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela, dr. José António de Jesus e em si a todos quantos se empenharem no sentido de agilizar todo este processo e se mostram sempre disponíveis para continuar a percorrer este caminho árduo de reabilitação das nossas gentes, o nosso bem-haja!”

O membro Marta Marques interveio, com a intervenção que se transcreve:

“Exmos. Membros da Mesa.

Exmo. sr. Presidente da Câmara de Tondela.

Caros Deputados e restantes presentes.

Antes de mais, quero agradecer as palavras de apreço que me foram dirigidas pelos vários membros desta assembleia. Apesar de não ter nascido em Tondela, como muitos sabem, esta é a minha segunda casa e onde estão as minhas raízes familiares. Recebo com muito apreço e amizade as vossas palavras.

Gostava agora de tocar apenas em dois pontos relativos ao relatório de atividades, que li com atenção.

Primeiro quero felicitar o sr. Presidente pela sua intervenção e forma de atuação após as duas catástrofes que assolaram este concelho. Penso que é da opinião de todos que tem sido seu compromisso em responder prontamente às necessidades das populações



afetadas e que é uma prioridade muito sua. Como sabe, o Partido Socialista está solidário e disponível para continuar a cooperar neste processo.

Em seguida, gostava de alertá-lo para a forma como se refere à atuação do poder central que diz respeito ao período pós-incêndios e mais concretamente no que diz respeito ao Ordenamento do Território e ao Plano Nacional de Defesa da Floresta. Quando refere que “se pretende que se faça em 40 dias o que não foi feito em 40 anos”. Na verdade, diz e bem: NADA foi feito nos últimos 40 anos! Isso é que é grave!

Assim sendo, penso que a atuação do partido do Governo em mudar este paradigma, ainda que possa precisar de alguns ajustes e provavelmente mais debate público e uma comunicação estreita entre as autarquias e as secretarias de estado responsáveis, é um plano de intervenção que deve ser encarado como um ponto de partida. Assim, penso que devemos caminhar no sentido do diálogo e cooperação para que se possa melhorar este plano, visando a proteção das nossas populações, evitando novas catástrofes. Penso que todo este processo será uma aprendizagem.

A defesa e proteção é sim um papel do Estado, mas também do poder local, numa perspetiva de proximidade. A responsabilidade é de todos e cabe a nós todos, como parte integrante do poder local, em zelar pela floresta e sensibilizar todos os municípios para que cumpram a legislação.”

O membro Paulo Albernaz continuou:

“Caro presidente da câmara.

Vou ser muito breve e dizer-lhe antes o quanto apreciei a referência à questão das passeadeiras, de só se pintar algumas faixas. Faço votos que esse espírito de poupança e gestão dos recursos públicos seja aplicado noutras coisas. É um belíssimo princípio que devo dizer, aprecio e reconheço.

Reconheço, no senhor presidente da câmara, um exercício de rigor. E isso é indesmentível pelas intervenções que vai tendo. É de facto, em nome do rigor, que venho fazer um reparo ao relatório. A certa altura leio no relatório, na 3ª página, “Observe-se que o atual governo impede que municípios isolados (com menos de 80 000 habitantes)



acedam a fundos comunitários para financiarem construções de ETARS e a execução /remodelação de redes”. Como seguramente sabe este normativo não é deste governo. Isto foi imposto pelo anterior governo. Em nome do rigor, faz algum sentido reconhecer que é assim. Assim como também faz algum sentido, porventura, sinalizar-se que neste momento há uma recomendação da Associação Nacional de Municípios, no sentido de gerir alguns recursos que ainda estejam por utilizar, agilizando e ultrapassando este normativo. Como é público, um dos grandes handicaps que o concelho tem, é o handicap ambiental. É público e notório. Por razões múltiplas e diversas, a questão ambiental é seguramente muito polissémica. Portanto, é nesse sentido que eu, louvando de facto o seu exercício de rigor que é reconhecido, esperava, também, ver aqui plasmado neste relatório esse tipo de afirmação. Se calhar vou-me exceder, mas acho que há uma espécie de diabolização do atual governo. Não deixando de relevar uma outra coisa e reconhecendo todos isto, fazemos um bocado a gestão do nosso território como se fosse uma espécie de gestão do nosso umbigo. Multiplicaram-se nas últimas décadas pelo país fora um conjunto de infraestruturas que agora notoriamente são desnecessárias e que estão desertas. Lembro-me, na altura em que era vereador nesta câmara, da multiplicação de espaços multidesportivos. Faço aqui um desafio sério a toda a gente, quantos desses espaços é que estão a funcionar neste momento? Gastaram-se dezenas de milhares de contos. Este pressuposto que até nem é do meu governo, tem aqui a sua justificação. Tem aqui o principio da intermunicipalidade. Porque é que não havemos de criar infraestruturas que sejam utilizáveis por vários municípios? Disse aqui e muito bem, o exemplo do abastecimento de água. Agora o apelo que faço é que de facto acho que deve haver um retoque no português, porque não é o atual governo que impede. Isso vem do governo de Passos Coelho. Façamos as coisas com rigor. Muito obrigado.”

O membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros colegas deputados.

Começava por dizer que as taxas dos direitos de passagem e da captação de água vamos discuti-las no ponto: “Outros assuntos de interesse para o concelho”, onde teremos oportunidade de clarificar as questões.



Relativamente à questão do IP3, conheço mais ou menos as alternativas da ligação e que vão mais longe do que aquilo que disse aqui. Vem do Plano Nacional Rodoviário sob orientação do senhor Ministro João Cravinho e foi nessa altura que foi definido esse corredor. Previa uma ligação de autoestrada, que depois foi muito falada, no governo do Eng.º Sócrates, que era a autoestrada de Viseu /Coimbra, mais concretamente Viseu /Anadia. Pela qual sou contra. A moção que foi aprovada na Assembleia Intermunicipal e que não foi com o meu voto, era no sentido de autoestrada. O que há neste momento é um claro desentendimento entre os municípios que são servidos pelo IP3, sobre como o assunto há-de ser resolvido. O município de Viseu quer que seja uma autoestrada. Outros acham que não. Eu sigo a proposta que está aqui feita, que é a requalificação do IP3. Que obviamente não pode ser feita de uma vez, mas pode ser feita em três ou quatro anos. Por exemplo, a plataforma que está feita numa das partes mais recentes, a ligação Tondela /Santa Comba Dão está feita de modo a que isto possa ser desenvolvido. Os terrenos expropriados dão para fazer a duplicação.

Os privados ou investem para terem lucro ou não investem. Ou então estamos perante beneméritos. Uma autoestrada nestas circunstâncias não dá lucro. As que existem hoje de privados, nós pagamo-las. Os senhores fizeram críticas sobre parcerias público privadas no início do vosso governo anterior. Houve uma diabolização das parcerias que foram aqui celebradas pela câmara, eu estava na assembleia e votei a favor da sua existência. Parece é que depois temos de discutir, como nas outras, para onde foi o dinheiro se foi para a obra inicial, sei que foram feitas outras obras ou estou a dizer que o dinheiro foi parar aos bolsos. O problema é que as finalidades foram desvirtualizadas da mesma forma que os tráfegos foram desvirtuados nas autoestradas para permitir negociações diferentes em termos daquilo que há a pagar nessas prioridades.

Queria saudar o senhor presidente da câmara pelo empenho nas ações que visam os problemas surgidos pós incêndios. Acho que isso é importante e reconheço da mesma forma que o senhor presidente da câmara reconheceu, na Adiça, o trabalho do governo, da CCDRC e da cooperação prestada. E se mais houvesse, não tínhamos faixas de segurança, por exemplo, à volta do aterro sanitário, e a lei já é de 2009, fez com que uma parte do aterro ardesse e haja 3, 5 milhões de euros que o governo já assumiu. Não estou



a dizer que não haveria danos significativos no aterro, porque vivemos uma situação de incêndios que nunca aconteceu até hoje em Portugal, mas o que é um facto teria sido minimizado. E aí houve colaboração de quem tinha o poder. Falamos muito em governo, mas devemos falar em administração pública.

Em relação às questões de reconstrução, a Ordem dos Arquitetos criou uma equipa de voluntários que puderam prestar apoio em alguns casos que sejam necessários em termos de projetos.

Quando iniciei funções na assembleia, solicitaram-me o Nib para transferência das senhas de presença. Enviei um email para os serviços com um recorte com o número de identificação bancária. Recebi uma resposta do funcionário que recebeu que tinha de apresentar uma certidão autenticada do banco. Perguntei onde isso estava escrito, que havia uma lei ou uma deliberação da câmara. Claro que nada me foi dito. Depois, suponho que por castigo, pagaram a senha de presença por cheque. Considero isto uma brincadeira de mau gosto com os direitos das pessoas. Quem está a exigir esse documento está a violar a Lei da Proteção de Dados Individuais. Não tenho nada que esconder na minha vida, mas ser obrigado a dar uma declaração com os dados bancários? Não. Posso querer entregar a minha senha de presença a quem quiser. Só tenho de dar o Nib e assumir a responsabilidade que é para aquele Iban que quero que a transferência seja feita. Solicito que isto seja visto, porque considero que seja uma situação inadequada e julgo que é uma ultrapassagem por interpretação abusiva do funcionário. Não se faz em mais lado nenhum, a começar pela CIM.”

O membro da assembleia, Arménio Marques, tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Fiquei satisfeito com os esclarecimentos do presidente da câmara sobre as medidas que tem tomado sobre o IP3. Foram muito esclarecedoras. Já vi muitas discórdias entre Viseu e Tondela, Penacova e Coimbra, sobre este assunto. Mas não há mais dinheiro para estradas, porque foi gasto noutros lados. O IP3 foi construído com marcos, visto ter sido a Alemanha que o financiou e não teve o traçado que as Estradas de Portugal



Q
Cecil
BTS

pretendiam, porque o dinheiro que já tinha sido oferecido e não chegava. Gostaria que o senhor presidente visse nas Estradas de Portugal, no processo inicial do IP3, o que lá está. O IP3 foi lançado e pago por alemães, mas como o dinheiro não chegou, foi alterado o seu traçado. Em Tondela passava perto do cemitério, do estádio e de minha casa, mas há época não concordei o esse traçado. O traçado atual foi aceite na condição de que, quando se fizesse uma autoestrada, aquele troço seria uma avenida municipal. Sugeria ao senhor presidente que, numa das suas reuniões com as Estradas de Portugal, com investimento das duas entidades, fosse resolvido o problema de Tondela, utilizando o traçado inicial.”

O senhor presidente da câmara respondeu às várias solicitações:

“Nenhum de nós gosta de ser acusado injustamente, mas também nenhum de nós é insensível ao reconhecimento de outros. Por essa razão registo esses reconhecimentos, que de facto são sentidos. Temos todos á nossa frente uma grande missão que é, tão rápido quanto possível, restaurar a esperança às pessoas e voltarmos dentro do possível a ter a normalidade naquilo que é a vida de muita gente, que hoje ainda está em sofrimento.

Aquilo que disse, é o que penso. Não podemos fazer em quarenta dias o que não fizemos em quarenta anos. São todos. O Estado é um conjunto de patamares de decisão onde se incluem alguns organismos e institutos importantes da administração. Que planeamento podemos fazer quando temos institutos, como é o caso do ICNF, a licenciar operações de arborização que não salvaguardam a existência das faixas de proteção. Isto é planeamento? Para sermos claros temos de olhar em dois patamares. Um deles é o da emergência. Estamos a aproximar-nos do período crítico após 1 de junho. Mas há uma questão estrutural e que o país não está preparado para ela que se chama planeamento e ordenamento da floresta. É preciso saber que para abrir uma faixa de gestão da interrupção de combustível, implica que alguém fica prejudicado, porque tem de cortar as suas árvores, e os vizinhos que vão beneficiar com essa interrupção terão que ajudar a pagar a não produtividade daquela parcela. Faço um desafio que não é de circunstância, é pensado. Acredito que é possível olhar para a floresta, pensando que ela pode ser rentável se estiver integrada numa ótica de desenvolvimento. Tal como temos de olhar para a pastorícia. Temos de olhar para tudo integrado. Esse momento ainda não chegou. O que existe neste momento é uma emergência a pensar nos próximos incêndios. Da nossa parte



R
Acedido
Bm

faremos o que é devido. O que não aceitarei é de que, em qualquer parte do país onde alguma coisa correr mal, se diga que aquele autarca é o culpado, porque deveria ter feito e não fez. Se tem meios para o fazer, deve fazê-lo. Mas, não se pode pedir o impossível, neste momento.

A questão do parágrafo do relatório de atividades. Escrevi e corresponde à verdade. No atual quadro comunitário, temos obras financiadas pelo POSEUR a que nos candidatámos de forma isolada. Candidatámo-nos à obra de saneamento a Valverde e Naia, Fial /Caparrosinha e Caparrosa /Caparrosinha – emissários, ETAR da ZIM do Lajedo, água a Várzea do Homem, água e saneamento ao Caramulo, numa candidatura do município sem ser agregada a outros municípios. Isto já foi feito com este governo e no atual quadro comunitário e com as regras do POSEUR. Pondero o que escrevo. Também é com este governo que há convites dirigidos a alguns municípios. Temos um município ao lado de nós, ao qual foi aberto um convite com indicações muito seletivas. Não são normas comunitárias. São opções estratégicas. Algumas, até posso concordar. Acho que há ganhos de escala na gestão e manutenção de sistemas de tratamento. Mas não é de hoje. Penso, que hoje há Etars complexas que obrigaram a existência de um quadro de pessoal profissionalizado que seja capaz de fazer uma avaliação integrada. Pelo que defendo a externalização de serviços. O que não me parece é que tenha ganhos de escala a ter, por exemplo, que remodelar uma ETAR do Caramulo ou de Molelos e para o fazer tenha que necessariamente me agregar a outros municípios para fazer aquele investimento. Temos alguns sistemas complementares e não foi necessário agregarmos. A Etar de S. Miguel do Outeiro, há mais de dez anos, trata parte do esgoto de Farminhão e não foi necessário um sistema intermunicipal. Quando há razões técnicas que levam a isso, naturalmente devem ser ponderadas. Impor uma condição como forma de aceder a fundos, não é nenhuma responsabilidade que decorra do quadro do POSEUR. É uma opção estratégica, que até posso concordar em alguns domínios, não é uma imposição dos fundos comunitários.

Sobre as PPPs não há diabolização nem de um lado nem do outro. O que está em causa é uma constatação. A atual solução de suporte ao governo, o Bloco, impôs como condição, entre outras, a inexistências de PPPs em tudo. Na saúde, lembrar-se –ao melhor



R
A
B

do que eu, há praticamente um ano, quando o atual governo começou a discutir o modelo de financiamento de um hospital em Lisboa, a posição do Bloco e o recuo que o governo teve de fazer naquele momento.

Sobre o aterro e as proteções a ter ou não ter. Os aterros devem ter uma cortina arbórea. Ao mesmo tempo pede-se que se limpe 100m à sua volta. Se calhar essa cortina deve ser substituída por outro tipo de árvores. Há questões para que temos de olhar com outra ótica e não com o radicalismo, porque quem faz a legislação não tem essa ponderação para avaliar isso.

Dizer que em relação aos projetos das habitações, no concurso lançado, está incluído o custo do projeto. Também é sabido que o município isentou de pagamento de qualquer licença pelas operações das obras que não estejam isentas de controlo prévio. Só serão necessários dois projetos, o de arquitetura e o de estabilidade.

Não sei o que se passou com a transferência da verba relativamente á senha de presença, mas vou tentar saber.

Senhor Arménio, sobre o IP3, julgo que o que aqui dissemos é que todas as soluções devem ser estudadas. O município de Tondela, conjuntamente com outros, não custaria nada, se necessário, podermos ter que ajudar a definir e a custear estudos prévios que demonstrem a viabilidade do que estamos a dizer, porque quem está por vezes agarrado a ideias pré-concebidas acha que só um caminho é que é o correto. Temos de demonstrar que há mais caminhos que podem levar ao mesmo sucesso e à racionalidade que é necessário ter nesta questão. Muito obrigado.”

Os membros Patrícia Henriques e Belmiro Gomes por motivos pessoais e de atividade da junta de freguesia, respetivamente, ausentaram-se da sessão.

2.2. Apreciação discussão e votação do Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o CIM Viseu Dão Lafões, o Município de Viseu, o Município de Tondela e o Município de Santa Comba Dão

O senhor presidente da câmara interveio:



R
Cleu
Braz

“Desde a constituição da ecopista, os municípios que estão aí integrados, constituíram-se em consorcio liderado pela Câmara de Viseu para a sua construção, entendendo à época que a sua manutenção e promoção deveria ser comum. No arranque deste mandato, depois de avaliar a situação, entendeu-se que se enquadrava melhor num contrato interadministrativo, razão pela qual vem este documento para suportar essa proposta, prevendo a manutenção da ecopista com o devido caderno de encargos e que deverá ser fiscalizado no sentido de se acautelar o pagamento pelos serviços prestados nas condições que estão previstas.”

Não havendo intervenções, o contrato interadministrativo foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, João Paulo Tavares, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.3 Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Tonda

Não havendo intervenções, o contrato interadministrativo acima referido foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Após a devida discussão, foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, João Paulo Tavares, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, Mário



Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.4 Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Canas de Santa Maria

Não havendo intervenções, o contrato interadministrativo acima referido foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, João Paulo Tavares, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.5. Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho

Não havendo intervenções, o contrato interadministrativo acima referido foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, João Paulo Tavares, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.



QR
Coutinho
L

2.6. Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Guardão

Não havendo intervenções, o contrato interadministrativo acima referido foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, João Paulo Tavares, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.7. Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Lajeosa do Dão

Não havendo intervenções, o contrato interadministrativo acima referido foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, João Paulo Tavares, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.



Q
C
F

2.8. Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Dardavaz

Não havendo intervenções, o contrato interadministrativo acima referido foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, João Paulo Tavares, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.9. Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa

Não havendo intervenções, o contrato interadministrativo acima referido foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, João Paulo Tavares, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.10 Eleição de um representante das Juntas e Uniões de Freguesias para integrar o Conselho Local da Ação Social

Foi apresentada uma lista, designada por lista A, que se anexa com o número 4



Q
A
B

Colocada á votação, recebeu os seguintes votos:

A favor: 26 votos;

Em branco: 5 voto.

Foi eleita para integrar o Conselho Local da Ação Social a presidente da junta de freguesia de Dardavaz, Ana Maria Marques Tavares de Leão.

2.11. Eleição até cinco representantes da das Freguesias do concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta e Fogos Florestais

Foi apresentada uma lista, designada por lista A, que se anexa com o numero 5

Colocada à votação, recebeu os seguintes votos:

A favor: 31 votos;

Em Branco: 1 voto.

Foral eleitos para integrar a Comissão Municipal de Defesa da floresta e Fogos Florestais os presidentes de junta/uniões de freguesias: António Augusto Ferreira, Agnelo Alfredo Carvalho Laranjeira, Mário Barreira Simões e Ventura Correia Gonçalves.

2.12 Análise, discussão e votação 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezoito

O senhor presidente da câmara explicitou:

“A necessidade desta revisão prende-se com dois pontos. Quando instruímos a preparação deste orçamento não era suposto a amplitude prevista no Orçamento de Estado sobre a limpeza de privados na faixa de proteção de aglomerados, quer na área envolvente às casas isoladas, quer em relação a vias. Por essa razão, houve necessidade de introduzir um novo projeto que é “Faixas de gestão, combustível em substituição de privados”.

A segunda questão, pretende-se com três projetos educativos, que são desenvolvidos em todos os municípios da CIM. Que, à época, era suposto serem recrutadas pessoas com contratos de termos certo resolutivo. Por razões ideológicas, para essas pessoas não estarem sob alçada da câmara. Logo, o entendimento é que tenha de ser sob a forma de avença, o que é um contrassenso quando se quer acabar com os precários.



Q
Cláudio
B3

Estes projetos enquadram-se nas áreas dos “laboratórios vivos”, das “artes vivas” e de “mais saúde mais sucesso”.

O membro Paulo Albernaz questionou:

“Sobre os três projetos “laboratórios vivos”, “artes vivas” e “mais saúde mais sucesso, o somatório é de 139 771€. Este valor é anual ou plurianal? Relativamente aos avançados, por uma questão de mera curiosidade objetiva, gostaria de perceber qual é o perfil de avançado? Quais as funções que vão desempenhar? Os critérios de seleção? Muito obrigado.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Sobre o valor que aí está previsto é para este ano. Estas ITI, no domínio da educação, para todos os municípios da CIM Viseu Dão Lafões representam basicamente 9,5 milhões de euros, que é a negociação do Portugal 2020. Praticamente um terço do que foram os valores contratualizados, no âmbito do Pacto da Coesão e Desenvolvimento Territorial, uma grande fatia é para o sucesso educativo. Desse valor, metade está neste momento em concurso pelas CIM’s. No caso do município de Tondela, o valor global a que temos acesso representa 11% do bolo da CIM. Era nossa intenção que fossem preenchidos os recursos humanos sob a figura de contratos a termo certo resolutivo. Por parecer-nos que daria maior distinção à ação e maior estabilidade aos profissionais. O entendimento que veio a ser constituído, com o atual Ministro da Educação, passou a identificar em primeiro lugar, em cada escola, um responsável pela identificação da formação necessária. Daí resultou, no caso em concreto, estarmos a falar em terapeuta da fala, assistente de psicólogo e profissionais na área das ciências exatas. O objetivo é o estímulo ao empenho e o combate ao insucesso. Vão ser recrutados com os critérios que venham a ser definidos conjuntamente entre a entidade enquadradora, o município e os agrupamentos. Ainda não está fechado o modelo de recrutamento, mas será muito análogo a todos os municípios em função daquilo que seja o modelo acordado com o respetivo agrupamento. Também sublinho que há projetos que são dinamizados pelos municípios e há outros que são comuns a toda a CIM. Como sabem os objetivos são mensuráveis, tem a ver com o número de retenções e com a taxa de sucesso. Obrigado.”

Colocado à votação a primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezoito foi a mesma aprovada por unanimidade com os votos a favor dos



Q
A
B

membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

O membro Rui Santos fez uma declaração de voto:

“Senhores presidentes, caros deputados.

Esta declaração de voto é a título individual, de quem trabalhou 44 anos na educação e formação. Acho que um objetivo primordial é a promoção de sucesso educativo. Somo um país, como diz o penúltimo relatório da OCDE, onde temos exames a mais e pedagogia a menos. É bom que tomemos as ações de pedagogia necessárias para que se promova o sucesso educativo e, sobretudo, que isso abranja as zonas onde há estratos ou grupos socialmente afetados pelo insucesso escolar que não tem só a ver com o nível socioeconómico. Sou um partidário da corrente pedagógica não exclusiva e de uma corrente utilitarista da pedagogia. Às vezes queremos fazer algumas coisas que são uma má moda e gastamos tempo e recursos em atividades que em termos concretos e práticos são muito pouco significativas. Portanto, espero que estes projetos da CIM não entrem nesses excessos. Que sejam bem articulados com as escolas.”

2.13 análise, discussão e votação da reafecção dos projetos financiados no âmbito do empréstimo anteriormente contraído junto da Caixa Geral de Depósitos (Cláusulas Contratuais - 3. Finalidades)

Foi da a palavra ao senhor presidente da câmara que interveio:

“Quando se contraiu, há cerca de dois anos, um empréstimo de quatro milhões de euros, dentro das nossas margens de endividamento, dissemos que o estávamos a afetar a algumas obras. Sendo verdade que, nesse momento, também estávamos a apresentar candidaturas a fundos comunitários. No caso em concreto da obra da Zona Industrial de Tondela, de 2,3 milhões de euros, temos financiamento comunitário, porque em tempo útil o município submeteu uma candidatura que foi aprovada com sucesso. Tal como as



Handwritten initials and signature in blue ink.

obras na área do ambiente, ZIM do Lajedo, água e esgotos ao Caramulo, a Caparrosinha, têm financiamento comunitário.

Chegados aqui, o que vos propomos não é a introdução de nenhuma obra nova, é o reajustamento do montante associado ao empréstimo em função daquelas que tiveram financiamento comunitário, por um lado, ou daquelas que não tem.

Ampliação de Zona Industrial de Tondela, tínhamos previstos 700 000€, e hoje olhando para o financiamento que temos, que é cerca 1 700 000€, entendemos que nos bastam 600 000€. Porque é que havemos de ter dinheiro agregado a uma obra, que não vai ser utilizado?

Ampliação da Zona Industrial do Lajedo, tínhamos 1 050 000€, pelas razões que já disse temos cerca de 1 500 000€ de investimento. Esta obra, neste momento, não tem financiamento comunitário, porque o último e único concurso que abriu para as áreas de acolhimento empresarial, só permitia que cada concelho candidatasse exclusivamente uma zona industrial. Tomamos a opção de candidatar a de Tondela, pelas razões que há pouco já disse, porque também queremos remodelar, dar-lhe outra dimensão e prepara-la para outra resiliência. Candidatamo-la a 2,3 milhões. Esperamos que haja novas candidaturas para podermos candidatar a área de acolhimento empresarial do Lajedo. Se isso um dia acontecer e se vier a ter financiamento comunitário, naturalmente o encaixe que vier será para abater no empréstimo.

Aquisição de terrenos para as zonas empresariais, tínhamos previstos 300 000€ e neste momento já gastámos mais de 580 000€. A diferença dos 280 000€ já não podem ir a este empréstimo. Só se podem utilizar recursos afetos ao empréstimo depois de estar visado pelo Tribunal de Contas. Na ZIM de Tondela, desde praticamente a entrada do lado direito, junto ao António Augusto dos materiais de construção, até aos aviários do Carrapiço, até a Valouro, toda essa área está adquirida. Na ZIM do Lajedo estão áreas adquiridas que já servem faixas de proteção. Ainda prevemos vir a gastar mais 178 000€, após o visto do Tribunal de Contas, porque este aditamento está sujeito a visto.

Em 2015, lançamos a obra que se chamava “remodelação da rede de água e remodelação da rede de esgotos ao Caramulo”, que foi candidatada a Overbooking, que retirámos de financiamento e da qual resultou a execução do lado direito da avenida



Q
Cleu
M

Jerónimo Lacerda, que tinha uma verba imputada de 700 000€. Entretanto, candidatámo-la ao POSEUR, com a garantia de financiamento. Logo, bastam-nos 550 000€.

Estações elevatórias a Caparrosinha e Fial, agora só estão 78 000€, porque é a diferença do não ilegível, visto ter fundos comunitários.

Carvalho da Mulher /Muna, a obra tem 150 000€ que já usamos, se bem que ela tenha custado cerca de 400 000€. Aqui entramos com capitais próprios de cerca de 300 000€. Só teve 8% de fundos comunitários, nomeadamente através do fundo de emergência municipal.

Reabilitação da EM Campo de Besteiros /Pedra da Vista, esta obra vai sair, porque já pavimentamos desde a Pedra da Vista até ao limite urbano de Molelos. Como é sabido está em curso a elaboração de um projeto para garantir um corredor rápido, seguro desde a zona da Escola Secundária de Molelos /variante à zona da Raposeira até entroncar na estrada da Ribeira, dando-lhe um novo perfil, até á Zona Industrial. Vai ser uma obra de vários milhões, que há-de ser candidatada, pelo que não faz sentido estar a afetar os 150 000€.

Finalmente a aquisição das carrinhas, que ficou abaixo do valor estimado.

Foi feita uma realocação de montantes para permitir o ajustamento de obras.”

Não havendo intervenções, o ponto foi colocado á votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.14 Outros assuntos de interesse para o concelho



Q
Cleu
f

Neste ponto o senhor presidente da mesa iniciou colocando à votação o voto de congratulação ao membro Marta Marques.

O membro Jorge Henriques interveio para se associar ao voto, em nome do Partido Social Democrata, propondo que o voto fosse não só do Partido Socialista, mas sim dos membros da assembleia municipal de Tondela. Os membros do Partido Socialista concordaram.

De seguida, posto à votação, foi aprovado o voto de louvor a Marta Marques, por unanimidade e aclamação, com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Os trabalhos continuaram com o debate da proposta de recomendação à câmara, “Ações de Prevenção para a falta de água”, apresentada no período “Antes da Ordem do dia” pelo membro Rui Santos.

O membro Jorge Henriques tomou da palavra propondo para que fosse alterada a redação da proposta para “ a percentagem da capacidade da Barragem do Paul e onde se lê “ ...que se exige...” fosse alterado para “...que se solicite...”.

O membro Rui Santos concordou com as alterações propostas, dizendo que o que pretende é que as Águas do Planalto cumpram com o que está estipulado no contrato.

Colocada à votação a proposta de recomendação apresentada, foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José



Q
C
B

António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Seguidamente, passou-se a proposta de recomendação à Câmara, sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, apresentada pelo membro Rui Santos.

O membro Jorge Henriques interveio:

“Estamos de acordo relativamente ao sujeito passivo da taxa dos Direitos de Passagem. Relativamente à proposta de recomendação que aqui trás, tenho algumas dúvidas. É uma taxa que é devida pela utilização e aproveitamento dos bens de domínio público e privado municipal. O que diz no parecer que junta é que: “as autarquias locais com a observância do princípio da igualdade e da não discriminação podem optar por não cobrar a taxa municipal dos direitos de passagem”. Estou perfeitamente de acordo, não a cobrar aos munícipes. Agora deve ser cobrada aos fornecedores dos serviços. Sei que há municípios que não a cobram. Mas, também vi que há um conjunto de conflitos com outros municípios que não cobrando esta taxa, depois quiseram impor às empresas outro tipo de taxas pela utilização do espaço público e privado para fazer as suas ligações e passagem da cabelagem. O que lhe proponho era que pudéssemos em conjunto debruçar-nos com maior profundidade, no sentido não que a câmara não cobre esta taxa, mas que seja quem fornece o serviço o responsável pelo pagamento. Podendo, mesmo, sair uma moção dirigida á Assembleia da Republica para alteração da própria lei, designadamente o nº 3 do artigo 106. Muito obrigado.”

O senhor presidente da câmara deu o seu contributo:

“Penso que toda a gente concorda que a taxa é injusta para o utilizador. Mas queria fazer uma observação para a ponderação, não do valor, porque este é residual. Parece-me que seja benéfico que haja uma clarificação legislativa e em que se acautele para o futuro a utilização de infraestruturas públicas. Julgo que era aconselhável que esta temática do uso das infraestruturas de telecomunicações em infraestruturas públicas fosse desenhada na moldura jurídico/formal.”

O membro Rui Santos interveio:

“Esta taxa apareceu há uns anos atrás e, quando apareceu, o que estava na lei era que as entidades que prestavam serviço de telecomunicações pagassem a taxa de direitos



R
Alced
[Signature]

de passagem. Isso levantou várias contestações. De seguida, a Associação Nacional de Municípios Portugueses propôs esta solução que nominalmente quer dizer que as empresas pagam, mas verdadeiramente são os utilizadores que pagam. O que de facto a lei de base previa, era que através das infraestruturas dos municípios houvesse passagem de cabos de telecomunicações. O que eles devem pagar é o direito de passar nestas infraestruturas.

A ANACOM é uma entidade reguladora, que não emite pareceres. O que ela diz é que a taxa pode ser cobrada, mas se os municípios disserem que não cobram e que é um incentivo para modernizar a sua rede?

Agora o que não pode acontecer é que em algumas freguesias do nosso concelho ainda não haja internet desde os incêndios de outubro.

Estamos de acordo, vamos juntar-nos a fazemos em conjunto um documento. Também acho que quem tem poder para legislar tem que estar atento.”

Deste modo, foi retirado, para posterior apresentação de novo documento, o voto de recomendação sobre os Direitos de Passagem.

O membro Vera Machado tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados,

Senhores Vereadores, comunicação social,

Público Presente,

Intervenho nos Outros Assuntos de Interesse para Concelho, pois o assunto que pretendo abordar é um dos desideratos que entendo ser próprios do poder autárquico.

Há reflexões e temáticas que têm que ser trazidas à discussão, por serem de extrema relevância na consolidação do projeto de desenvolvimento de qualquer território.

Trago por isso a esta assembleia uma intervenção com o propósito de refletirmos conjuntamente sobre o papel do associativismo de base local nas nossas comunidades.

Aproxima-se a data de assinatura dos Protocolos de Apoio com as associações do nosso concelho, e com ele afirmam-se um conjunto de pontos de vista, mais ou menos



Q
A
B

concordantes sobre o tipo, dimensão, critérios; geram-se discussões relativas ao financiamento, se deve ser ou não público, se o facto de se tratar de entidades privadas, com fins lúdicos e recreativos, não deverão estas encontrar autonomia e outras fontes de receita.

Trata-se de um esgrimir de argumentos válidos, mas que geram controvérsia, e nos levam para um patamar sobre o papel do Estado naquela que é a economia local, que na minha ótica terá que ser interventivo, alavancando crescimento e desenvolvimento.

As associações que conhecemos hoje aparecem muito ligadas ao território geográfico, sendo este crucial na coesão das suas identidades, preservando uma cultura própria, que se pretende divulgar e também evitar que se perca ao longo dos tempos.

Estas entidades, quer sejam de cariz social, cultural, desportivo ou até económico, são o garante de liberdade e democracia, na medida em que por sua livre iniciativa um conjunto de pessoas se junta com o intuito de alcançar um objetivo muito bem definido.

Uma das características essenciais do movimento associativo é o voluntariado e a solidariedade, fundamentais no desenvolvimento sustentável e duradouro de qualquer comunidade.

As associações são um elemento vivo das nossas aldeias, que transformam dificuldades em interajuda, criando sentimentos de pertença essenciais para a autoestima e afirmação de qualquer povo.

Claro está que estas atravessam um período de profunda mutação, por um lado o envelhecimento das nossas aldeias e a não fixação de população mais jovem faz com que sejam cada vez menos as pessoas disponíveis para dirigirem estas instituições.

Por outro, as causas e os valores de hoje, bem como o avanço tecnológico trouxe a estas entidades um conjunto de desafios que implicam mudanças profundas na forma como se organizam e vivem o associativismo, entre eles a rentabilização de recursos, a segurança e sobretudo a reinvenção de iniciativas e de um modus operandi que consiga captar e mobilizar as gerações mais novas para estes projetos locais.



A proximidade, a familiaridade, a pertença, a reinvenção e a partilha de todo um conjunto de conhecimentos, de vivências, de formas de estar e de agir devem estar presentes naquelas que são as associações do século XXI, cujo papel interventivo e de coesão não deverá ser descurado.

Perante estas premissas, e perante aquilo que penso ser o caminho do associativismo no futuro, devemos ou não apoiar estas estruturas?

Se sim, de que forma?

Apostar em equipamentos muitas das vezes de manutenção dispendiosa ou rentabilizar espaços e encetar esforços em ações inovadoras e diferenciadoras, imateriais, capazes de gerar atividade nas nossas aldeias envelhecidas?

Devemos nós fomentar parcerias e dessa forma criar respostas para aqueles são os problemas atuais destas comunidades?

Ou devemos nós abandonar estas populações à sua sorte sem prever mecanismos que permitam a manutenção destes espaços enquanto espaço público, por vezes o único existente?

Que será dos Manéis e dos Antónios, idosos, com baixas reformas, que encontram nos jogos de cartas e dominó o convívio, ficarão eles também entregues à sua sorte?

Deixamos encerrar estes sítios ou tentamos dar-lhes vida?

O caminho deve ser apoiar aqueles que trabalham para lhes dar vida e alma.

Esta vida deve ser dada com rigor, com critério, com transparência, com reinvenção, mas sobretudo com um sentido de responsabilidade que é nosso também, na medida em que amamos, gostamos e optámos por viver aqui.

Devemos entender as associações como atores essenciais no processo de desenvolvimento local, e dessa forma repensar modelos e formas de ação.

Esses modelos terão que ser apoiados e construídos por todos, autarcas, empresas, entidades públicas de âmbito regional e nacional, entre outros, definindo ações autênticas e agregadoras, iniciativas que tragam inovação e conhecimento, projetos que pese embora



espelhem uma cultura que não se pretende perder, mas cujo cariz próximo seja capaz de atrair juventude para o seu seio.

O caminho não deverá ser mais um polidesportivo só porque a povoação a uns quilómetros também tem um, o caminho deverá ser essas duas coletividades unirem-se, congregarem esforços e dinamizarem esse espaço, porque infelizmente, a realidade demográfica faz com que não haja gente provavelmente nem para apenas um deles.

E não, não podemos fechar os únicos sítios com vida nas nossas aldeias.

O Concelho de Tondela é hoje um território desenvolvido por força da conjugação de muitos elementos, e sem dúvida que o movimento associativo é um deles.

As associações são o ADN das nossas comunidades, e enquanto marca genética de um concelho autêntico não podemos deixar que desapareçam, sob pena de desaparecermos todos.”

3-Período aberto ao Público.

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente: _____

Carlos Correia

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

Helena Dias

Q
C
S

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

VOTO DE PESAR

No pretérito dia 13 de Janeiro, o concelho de Tondela viveu mais uma noite de dor e sofrimento, consequência do incêndio que lavrou na Associação Humanitária de Vila Nova da Rainha enquanto decorria o prestigiado torneio de sueca que anualmente organiza.

Face ao sucedido, e porque esta é a primeira reunião que esta Assembleia realiza após os factos, vêm os seus membros e por unanimidade, manifestar o seu pesar, lamentando profundamente a perda irreparável de onze vidas humanas, apresentando às famílias enlutadas as mais sentidas condolências e colocando-se solidaria e fraternalmente ao lado de todos aqueles que sofreram com o referido acidente.

Pelo presente vem ainda esta Assembleia deixar um voto de solidariedade aos órgãos sociais da Associação Humanitária e Recreativa de Vila Nova da Rainha, desejando que a mesma rapidamente possa voltar a desenvolver as suas actividades e continuar como motor de desenvolvimento local.

Assembleia Municipal de Tondela, 26 de Fevereiro de 2018

Pl. Grupo do P.S.
Rui Monteiro
A.S.P.

P.º Grupo do PSD
José Carlos



Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela
(de 22 de dezembro de 2017 a 19 de fevereiro de 2018)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

1.

As consequências dos incêndios de 15 e 16 de outubro do último ano continuam a determinar a agenda das prioridades, tal como me havia comprometido, face à emergência que essa calamidade impõe.

E assim foi nestes últimos dois meses. Não descansarei enquanto todos os que perderam as suas primeiras habitações - próprias e permanentes – não voltem a ter um teto e neles volte a ressurgir a esperança.

Relembro que fomos o primeiro município a estabelecer um protocolo com a CCDRC para permitir uma ação conjunta, de responsabilidade partilhada, o que se constituiu como um passo determinante e instrumental, para podermos corporizar a metodologia que ajudámos a desenhar.

Depois de uma primeira resposta mais emergente, foi necessário trabalhar com afinco na entrega dos processos de pedido de apoio daqueles que viram as chamadas atingirem as suas habitações próprias e permanentes.

Recordo que foram perto de 250 as primeiras habitações atingidas pelos incêndios, uma tragédia com uma dimensão nunca vista, num concelho onde as chamadas percorreram quase 180 quilómetros quadrados.

Desde o dia 07 de dezembro do ano passado, momento em que foi publicada a portaria que veio regulamentar o modo de acesso ao programa de recuperação das habitações permanentes, foi possível começar a desenhar, com foco e energia, uma estratégia e metodologia que nos permitisse concretizar, no mais curto espaço de tempo possível, este desidrato que não há memória pelo seu gigantismo e amplitude.

A equipa técnica do Município de Tondela trabalhou arduamente para que todas estas pessoas possam ter uma resposta mais célere, em parceria com os presidentes de junta de uniões e juntas de freguesia, que tiveram também um papel relevante. Da parte da CCDR-C contamos com

uma enérgica e diligente cooperação, assente num espírito de missão nunca antes visto.

É com muito orgulho, no desempenho de todos, que podemos dizer que, em 45 dias, concluímos a instrução/avaliação de quase 250 processos.

Daqui resultaram 174 pedidos de apoio concretizados para primeiras habitações.

Bem sei o trabalho que ainda temos pela frente, mas começa a estar mais próximo no nosso horizonte, que permitirá garantir que até ao final do próximo ano, tudo façamos para concretizar este desafio imenso.

No decurso da presente semana, será concluído o processo de consulta a três concorrentes, sendo de esperar que em poucos dias se inicie a fase de elaboração de projetos de arquitetura, ao mesmo tempo que se concretizarão de forma sequencial, a aprovação dos respetivos projetos, junto das famílias, para se dar início às construções mais volumosas.

Seria muito mais fácil que se construísse numa mesma tipologia de casas, mas teremos de saber que cada caso será uma casa, o que obrigará a uma ação de trabalhos maior.

Mais de 12 milhões de euros serão investidos, sendo verdade que as obras de menor valor: até 5.000 euros serão executadas pelos respetivos proprietários e deste montante até 25.000 euros a concretizar pelas CMT, terão condições para poderem ser mais céleres.

Julgo que todos perceberemos a dimensão deste trabalho, que nos ocupará durante todo este ano.

Importa ainda ponderar a possibilidade de se constituir um fundo financeiro, com recurso a empréstimo, previsto na LOE, para eventual financiamento (reembolsável), com um plano de amortizações ajustado ao esforço financeiro possível de ser assumido pelo agregado familiar.

Uma outra vertente ainda merecerá a nossa atenção e apoio.

É sabido que o apoio aos pequenos agricultores, a quem valoriza o setor primário, dando-lhe uma importante função social, desenvolvendo uma agricultura de complemento de rendimento, foi, na maioria dos casos, manifestamente insuficiente face aos danos sofridos, seja nos equipamentos e infraestruturas, seja nos custos para a reposição de animais e espécies de produção.

Importa reforçar a campanha solidária para que possamos, de forma supletiva, ajudar a repor aquilo que o Estado Central não ajudou a fazer de forma suficiente.

2. Agora que estão em curso estes objetivos, que se assumem como a “mãe de todos as prioridades” - habitação, indústria e agricultura, já podemos ir desenvolvendo outros projetos que tiveram de se manter estagnados durante este meio ano.

Refiro-me aos projetos que estavam a ser concluídos para se poderem lançar em concurso público: a expansão da ZIM Tondela, a Frente Ribeirinha, o Centro Tecnológico e de Empreendedorismo.

Ao mesmo tempo que se ultimam os projetos da remodelação (2ª fase) da rede de saneamento e rede de água do Caramulo e da ETAR da ZIM do Lajedo, ao mesmo tempo que se reveem alguns pormenores da ligação da rede de água a Várzea do Homem e da condução das águas residuais de Carvalhal e Mouraz para o Couço.

Em paralelo, refira-se que já se iniciou a intervenção na rede de saneamento de Molelinhos, o que também acontecerá brevemente no bairro do Alto Pendão.

No quadro da otimização de recursos e da resposta cada vez mais complexa e exigente que o tratamento de águas residuais e as condições de rejeição no domínio hídrico, após tratamento, impõe que se equacionem diferentes soluções de agregação num quadro intermunicipal, de natureza exclusivamente pública.

Observe-se que o atual governo impede que municípios isolados (com menos de 80.000 habitantes) acedam a fundos comunitários para financiarem construções de ETARS e a execução/remodelação de redes.

É uma limitação que não escolhemos e que nos obrigará a procurar soluções que estão em fase de estudo.

Noutro domínio de planeamento, decorre a elaboração do Plano de Pormenor para a expansão da ZIM de Tondela – onde continuamos a adquirir vários hectares de terreno, bem como as ORU (consequentes as Áreas de Reconversão urbanística) de Tondela e do Caramulo.

Na valorização do território e dos recursos turísticos, estamos a construir o projeto de Reabilitação dos Viveiros do Caramulo, não só na perspetiva ecológica e patrimonial, mas abrindo espaço para outras atividades centradas na atividade do parque arborista, parque de campismo e caravanismo.

Ainda se deve referir a candidatura ao Fundo de Emergência Municipal, de valor próximo dos 2 milhões de euros, visando a estabilização de algumas zonas que ameaçam degradarem-se (em consequência dos

incêndios), destacando-se a necessidade de serem aplicados ou reabilitados muitos quilómetros de raias de proteção mecânica de vias, face à existência de taludes íngremes sem proteção.

3. E, como se não bastasse ao concelho a catástrofe de outubro do ano passado, o nosso concelho (e o país) ficou consternado com o acidente na Associação de Vila Nova da Rainha, onde perderam a vida 11 pessoas e outras três dezenas sofreram ferimentos.

A solidariedade de outras associações, reconhecendo que este acidente podia ter acontecido em qualquer ponto do país, leva a que todos possam estar mais sensibilizadas para as questões de segurança nos seus edifícios.

Também a Autoridade Nacional de Proteção Civil deseja ter uma ação de outra dimensão neste campo, depois de, em Conselho de Ministros de Ministros, ter aprovado uma resolução, que determina que realize uma campanha de divulgação e informação sobre o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

Atendendo à natureza extraordinária destas problemáticas, já estamos a recrutar uma equipa externa para dar apoio a todas as instituições e onde venha a ser solicitado. A própria Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto entende que toda esta sensibilização deve ser nacional.

Na sequência dos incêndios de 15 e 16 de outubro do ano passado e do acidente de 13 de janeiro, levámos a cabo diferentes diligências, reunindo e promovendo contactos e sessões de trabalho:

- Com os senhores presidentes de junta e uniões de freguesia do concelho,
- Com responsáveis da CCDR-C,
- Com consórcios,
- Com delegação de Taiwan,
- Com a Confederação Portuguesa das Coletividades,
- Visitas a associações,

3-

A par desta agenda, acompanhámos e promovemos outras reuniões, que se sintetizam:

- **Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões,**
- **Escola Secundária de Tondela,**
- **Planalto Beirão, Adices, Tondelviva,**
- **Socorpena, Floponor, Tratris, Valouro, Eberspaecher, CGD,**
- **Com os secretários de Estado do Ambiente, Administração Local, das Florestas e Desenvolvimento Rural,**
- **Com o presidente do Centro Hospitalar Tondela Viseu, a propósito da falta de enfermeiros que foi noticiada na comunicação social,**
- **Visitas de trabalho à ZIM do Lajedo e à ZIM da Adiça-**

4- Na ordem da agenda está também o Plano Nacional da Defesa da Floresta contra Incêndios e as medidas de gestão das faixas de combustíveis.

No dia 07 de fevereiro reunimos com os presidentes de juntas e uniões de freguesia, com o intuito de apelar e sensibilizar para a necessidade de se garantirem perímetros envolventes às populações, bem como para auxiliarem os serviços dos GIPS e fiscalizações, na identificação de proprietários que não garantam a limpeza nos locais obrigatórios.

É obrigatório proceder à gestão de combustíveis numa faixa mínima de 50 metros à volta das edificações ou instalações (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos) inseridas nos espaços rurais.

Esta faixa é medida a partir da fachada exterior da edificação.

No caso dos aglomerados populacionais esta faixa estende-se até aos 100 metros.

São obrigados a fazer gestão de combustíveis todos os proprietários, arrendatários, usufrutuários e entidades que detenham terrenos inseridos nas faixas.

Em caso de incumprimento até 15 de março, estão previstas contraordenações puníveis com coima, de 140€ a 5.000€, no caso de pessoa singular, e de 800€ a 60.000€, no caso de pessoas coletivas.

É neste quadro que pedimos a atenção de todos, desde proprietários, a presidentes de junta, gip's e serviços do município. O seu envolvimento é fundamental para proceder à limpeza de terrenos atempadamente, de forma a minimizar áreas de maior risco de incêndio.

É um dever de todos, os que sejam proprietários, procederem a essa limpeza.

Mas, perante a certeza de que muitas destas áreas não serão limpas até 5 de março, além de garantirmos que se concretize a definição das primeiras prioridades, estimamos investir perto de 500.000€ em tais operações, razão pela qual acionaremos os meios previstos, onde se inclui o recurso a contratação de empréstimo nos termos definidos na LOE, no montante referido.

Jamais aceitaremos que à desresponsabilização do estado central, que pretende que seja feito em pouco mais de 40 dias o que não foi feito durante 40 anos, seja imputado aos municípios uma delegação de competências unilateral que, em última instância, leve à crucificação de todos os autarcas. A Defesa e Proteção não deixam de ser funções nucleares do Estado.

Volto a deixar um problema nuclear: Ordenamento do território e da floresta e, em particular, o poder de tutela nas operações de rearborização.

Impõe-se que se concretize a elaboração do cadastro e que saibamos que ninguém investirá na floresta se esta não for rentável. E é possível este equilíbrio.

E este desafio não pode ser ignorado. É nossa obrigação manter presente esta visão e este problema.

Tondela, 19 de fevereiro de 2018

3
 Q
 Cleo
 J

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 20 de fevereiro de 2018.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2018 e 20-02-2018)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECETA PREVISTA CORRIGIDA	RECETA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (13,97%)	PERCENTUAL DA EXECUÇÃO RCBS NA RECETA TOTAL
CD	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = (2)/(1) x 100%	(4) = (3) - 13,97%	(5)
Recetas Correntes		18.592.612,10	1.332.808,05	7,17%	-6,80%	90,77%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.784.128,48	187.338,34	3,90%	-10,47%	11,40%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	89.947,87	9.811,18	10,90%	-3,28%	0,65%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	253.289,87	39.915,57	15,76%	1,78%	2,72%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.298.103,00	69.235,73	5,33%	-8,64%	4,72%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.558.129,52	829.410,75	7,86%	-8,11%	58,48%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.512.721,00	204.688,98	13,53%	-0,44%	13,94%
08	OUTRAS RECETAS CORRENTES	96.312,26	12.409,52	12,88%	-1,09%	0,85%
Recetas de Capital		11.114.308,94	138.587,46	1,22%	-12,75%	9,23%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	21,00	0,00	0,00%	-13,97%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.032.895,68	134.759,64	1,22%	-12,75%	9,18%
12	PASSIVOS FINANCIEROS	-	-	-	-	-
13	OUTRAS RECETAS CAPITAL	81.390,28	807,82	1,32%	-12,65%	0,08%
16	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	-	-	-	-	-
18	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL		29.706.919,04	1.488.175,51	4,94%	-9,03%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita de 4,94%, abaixo do grau de execução esperado para este período (13,97%), ou seja, apresenta um desvio negativo de 9,03%.

Em síntese, a receita cobrada líquida atingiu, neste período, o montante total de 1.468.175,51 €, valor este já deduzido dos reembolsos e restituições pagas no montante global de 29.487,04 €.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2019 a 20-02-2019

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (13,97%)	PESO DA EXECUÇÃO DP NA DESPESA TOTAL
GRP	DESCRIÇÃO	€	€	EM PORCENTAGEM	EM PORCENTAGEM	€
	Despesas Correntes	13.116.198,78	1.106.387,77	8,43%	-5,54%	71,65%
01	Despesas com Pessoal	5.063.979,00	408.449,97	8,07%	-5,90%	28,44%
02	Aquisição de Bens e Serviços	5.598.938,50	511.939,21	9,14%	-4,83%	33,11%
03	Juros Outros Encargos	41.363,00	9.424,89	22,79%	9,82%	0,61%
04	Transferências Correntes	2.310.198,28	146.724,26	6,35%	-7,62%	9,50%
06	Outras Despesas Correntes	101.722,00	29.249,44	28,75%	14,78%	1,89%
	Despesas de Capital	16.690.720,28	438.569,80	2,65%	-11,32%	28,48%
07	Aquisição de Bens de Capital	14.164.312,00	102.456,84	1,36%	-12,81%	12,48%
08	Transferências de Capital	1.196.613,28	78.753,76	6,57%	-7,40%	5,10%
09	Activos Financeiros	108.650,00	0,00	0,00%	-13,97%	0,00%
10	Passivos Financeiros	1.071.657,00	139.659,77	12,96%	-0,92%	9,05%
11	Outras Despesas de Capital	57.058,00	28.529,44	50,00%	38,03%	1,85%
	TOTAL	29.706.919,04	1.544.956,57	5,20%	-8,77%	100,00%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de 8,43% sendo, o grau de execução esperado 13,97%, representando um desvio negativo de 5,54%. Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de 2,65%, o que representa um desvio negativo de 11,32%.

Tal como em anos anteriores, é importante salientar que a distorção na análise dos dados contidos neste mapa pode provocar, em períodos de análise inferiores aos doze meses, uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano, no entanto para a assunção de compromissos a despesa tem que estar prevista, mas dependendo dos prazos de execução não tem que estar necessariamente paga. São disso exemplo, as despesas referentes ao serviço da dívida, a execução do FAM, bem como as aquisições de capital, em que cada empreitada tem um cronograma financeiro próprio

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela se encontra a efetuar pagamentos a fornecedores a 30 dias.

3.2. EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

Período 01-01-2018 a 20-02-2018

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAF	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = (2)/(1) * 100%
Despesas Correntes		13.116.198,76	9.899.136,52	75,24%
01	Despesas com Pessoal	5.063.979,00	4.581.913,74	90,48%
02	Aquisição de Bens e Serviços	5.598.938,50	3.378.959,96	60,35%
03	Juros Outros Encargos	41.363,00	40.066,86	96,87%
04	Transferências Correntes	2.310.196,26	1.781.166,40	77,10%
06	Outras Despesas Correntes	101.722,00	87.029,76	85,56%
Despesas de Capital		18.590.720,28	5.598.348,78	30,11%
07	Aquisição de Bens de Capital	14.154.312,00	3.628.865,05	25,64%
08	Transferências de Capital	1.198.813,28	671.978,26	56,05%
09	Activos Financeiros	108.850,00	108.582,50	99,92%
10	Passivos Financeiros	1.071.887,00	1.071.886,08	100,00%
11	Outras Despesas de Capital	57.058,00	57.056,88	100,00%
TOTAL		29.706.919,04	15.407.485,30	51,86%

Dos 15.407.485,30 € de compromissos já assumidos para o exercício de 2018, mais de 8,5 milhões de euros, são resultantes de compromissos transitados de 2017.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e n.º 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo. 9.º da Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2017, na reunião do dia 28 de novembro de 2016, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;
- b) Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;
- c) Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre a data de 01-01-2018 e 20-02-2018

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 01/01/2018 A 20/02/2018				
<i>(Ao abrigo da autorização prévia concedida em 28/11/2016 pelo Assembleia Municipal)</i>				
Descrição sumária do compromisso plurianual	2019	2020	2021	Seguintes
Custo Seguro Caução Obra Remodelação Rede Abastecimento Água a Valverde e Rede de Drenagem àguas Residuais à Nala e Valverde	110,00 €	110,00 €	110,00 €	110,00 €
Serviço VPNCC- Redes privadas de voz com controle de custos	16.800,00 €	16.799,99 €		
Protocolo de Colaboração com o objetivo potenciar resultados das ações em benefício da comunidade empresarial da região	3.750,00 €	3.750,00 €	3.750,00 €	

Handwritten initials and signature in blue ink.

4. CONCLUSÃO

Estando decorridos apenas 51 dias do ano de 2018, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram ligeiramente abaixo do padrão, salientando, no entanto, que ainda se mantém a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

Tondela, 20 de fevereiro de 2018

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,



4
02
Cled
Jm

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O Partido Social Democrata apresenta para ser sufragada nesta Assembleia e visando a eleição de um representante das Juntas e Uniões de Freguesia para integrar o Conselho Local de Acção Social, a seguinte Lista: A

1- Ana Maria Marques Tavares de Leão

26 — FAVOR
5 — BRANCOS

31

5
A
A
J

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O Partido Social Democrata e o Partido Socialista, apresentam para ser sufragada nesta Assembleia e visando ^{a eleição} de quatro representantes das freguesias, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta e Fogos Florestais, a seguinte Lista: A

- 1- António Augusto Ferreira;
- 2- Agnelo Alfredo Carvalho Laranjeira;
- 3- Ventura Correia Gonçalves;
- 4- Mário Barreira Simões.

+ Grupo PS - António Augusto Ferreira, Agnelo Alfredo Carvalho Laranjeira, Ventura Correia Gonçalves, Mário Barreira Simões

31 FAVOR
1 BRANCO

32